



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

TERMO DE REFERÊNCIA Processo digital nº 224 /2025

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O objeto consiste na contratação de empresa, por meio de Sistema de Registro de Preços, para o fornecimento, sob demanda, de unidades completas de “kit visitação”, compostas por itens personalizados, destinadas a serem oferecidas aos cidadãos e estudantes que visitam a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.
- 1.2. A Contratada deverá fornecer os bens, especificados neste Termo de Referência e seus anexos, o prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação, podendo ser prorrogada por igual período nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 1.3. Os bens deverão ser entregues na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Palácio 9 de Julho – Av. Pedro Álvares Cabral, 201 – sala 340 - Divisão de Comunicação Social - CEP 04097-900 – São Paulo – SP.
- 1.4. Todos os itens deste Termo de Referência deverão ser executados por uma só empresa por questões técnicas, tendo em vista que os subitens complementam-se entre si para formar o kit a ser oferecido, conforme conclusão de modelo de contratação alcançada no item 6 do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.5. É vedada a subcontratação do objeto desta contratação.
- 1.6. O regime de execução do contrato será por preço **unitário** na modalidade Pregão do tipo Eletrônico para formalização de Ata de Registro de Preços, com o pagamento realizado a cada demanda.
- 1.7. Os fornecimento será executado sem a dedicação exclusiva de mão de obra.
- 1.8. Todos os custos necessários para realização do fornecimento dos bens especificados neste Termo de Referência e seus anexos deverão ser contemplados na Proposta Comercial da licitante, de tal modo que, sendo Contratada, tenha condições de realizar todas as atividades sem ônus adicionais à Alesp.
- 1.9. O presente descritivo abarca especificações precisas, suficientes e claras, não contendo qualquer excesso que frustre a competitividade, ou ainda, inviabilize a participação de qualquer interessado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 1.10. A análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual encontra-se em documento apartado no processo digital;
- 1.11. A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) será a única Contratante do objeto da Ata de Registro de Preços, sendo vedada a adesão à Ata por terceiros, em virtude da ausência de regulamentação específica.
- 1.12. O objeto da contratação não possui previsão no Catálogo Eletrônico de Padronização disponível no [compras.gov](http://compras.gov.br).
- 1.13. Caso haja dúvidas sobre as informações aqui contidas, as empresas participantes deverão dirigir-se à Divisão de Comunicação Social, por meio do telefone (11) 3886-6610 ou (11) 3776-7434 ou comsocial@al.sp.gov.br para que as dúvidas sejam esclarecidas.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Divisão de Comunicação Social é responsável por apoiar, organizacional e tecnicamente, ações institucionais que constituem canais de aproximação entre o Poder Legislativo e a sociedade, incluindo as visitas guiadas à Alesp.
- 2.2 No âmbito de atuação desta divisão, está a organização de visitas de estudantes de instituições de ensino e os demais cidadãos interessados em conhecer as dependências da Alesp e a história.
- 2.3 As visitas visam a apresentação dos diversos espaços da Alesp, com a apresentação de eventos e fatos que marcaram o legislativo paulista e suas personalidades, além de mostrar a relevância que este Poder representa a toda a população ao povo paulista.
- 2.4 Os itens que compõem o kit geram a divulgação espontânea, estreitam e fortalecem o bom relacionamento entre o legislativo e o cidadão que nos visita, além de favorecer as ações de acolhimento ao público, promoção da cidadania e valorização da imagem institucional.
- 2.5 Considerando o insucesso do Processo nº 520/2023, aberto anteriormente com o objetivo de adquirir kits institucionais para ações de visitação e educação cidadã, cumpre esclarecer que o certame foi considerado fracassado em razão de não conformidades técnicas nas amostras apresentadas pelos licitantes, as quais não atenderam às especificações mínimas exigidas pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2.6 Diante disso, retomamos a contratação por meio deste novo processo, buscando atender os critérios técnicos definidos e assegurar que os itens adquiridos estejam em conformidade com os padrões institucionais exigidos.

2.7 A disponibilização de materiais adequados e padronizados contribui diretamente para a efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da comunicação institucional e da educação para a democracia e formação cidadã.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A aquisição por meio de sistema de Registro de Preços, permite que a Administração adquira os itens em consonância com as demandas da Divisão de Comunicação Social, conforme os agendamentos realizados em sistema de agendamento de visitas guiadas, através do portal da Alesp e dos demais canais institucionais, salvaguardando-se de quaisquer excessos, quando desnecessário, além de se conseguir melhores preços e melhores condições para a aquisição dos itens por meio do procedimento licitatório de Registro de Preços e sem a necessidade de prévia manifestação orçamentária e tendo em vista que há necessidade de execução parcelada e a impossibilidade de definição real de quantitativos a serem demandados.

3.2 O agrupamento dos itens faz-se necessário ainda, considerando a economia de escala, a eficiência na fiscalização de um único contrato e os transtornos que poderiam surgir com a existência de duas ou mais empresas para a execução e supervisão do fornecimento de bens a ser prestado, podendo haver comprometimento da qualidade e assim, com destaque para os princípios da eficiência e economicidade.


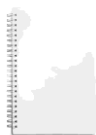



3.4 O objeto será adquirido **PARCELADAMENTE**, ou seja, em mais de uma etapa, de acordo com a demanda e a disponibilidade orçamentária da Alesp, devendo ser observado a quantidade mínima descrita. Este quantitativo só poderá ser reduzido mediante acordo entre as partes.

3.5 Os itens devem obedecer as seguintes especificações:

Item	Subitem	Descrição	Imagem ilustrativa	Unidade	Min	Max	R\$ Unit.	R\$ Total
	1	Sacola ecológica - Composição lona 100% algodão na cor cru natural com gramatura de 230 gramas m ²		12.000 (doze mil)	500	1.200		



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

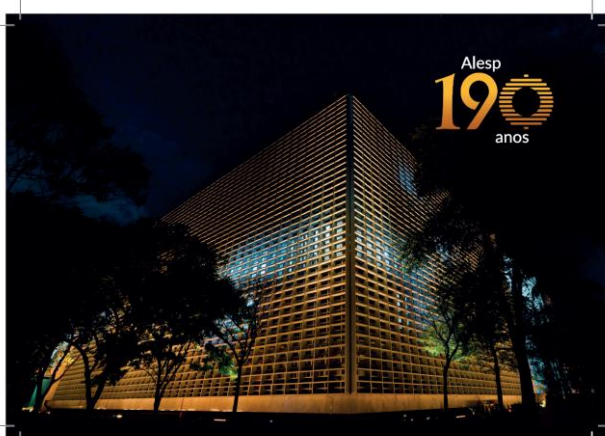
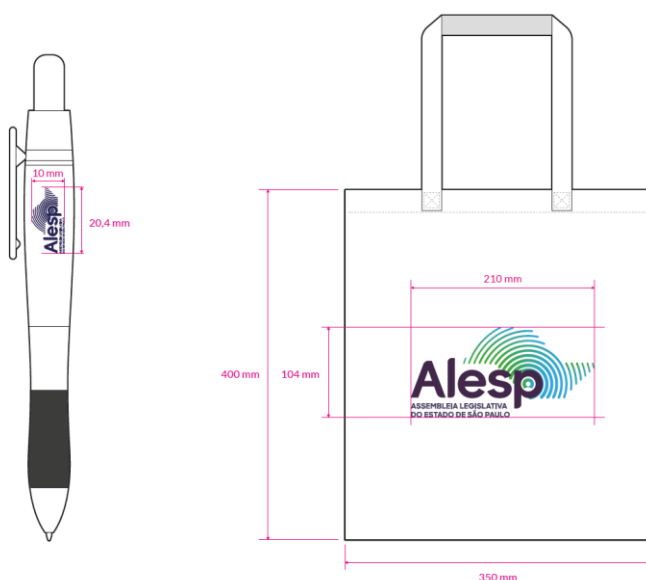
		<ul style="list-style-type: none">- Alças com 60cm trançada em Algodão- Medidas: alt.40x Lar.35- Impressão digital 1(um) lado em até 4 cores.						
2	Caderno - Capa dura Formato 140x213mm Miolo 80 folhas pautadas - 1x1 cor (preto) - Offset 75g 1 Lâmina de Dados Pessoais - 1 Folha de rosto - Frente e verso-Laminação Wire-o e Impressão em até 4 cores na capa e contracapa		12.000 (doze mil)	500	1.200			
3	Cartão postal: formato 20x14cm, em papel triplex 240gr; impressão frente: 4x4 cores em verniz; impressão verso: 4x4 cores; tratamento de imagens: 1 para cada edição; nº de cartões (10 edições), tiragem de cada edição: 5.000.		50.000 (cinquenta mil)	1.000	10.000			
4	Caneta esferográfica em pvc e marca texto na ponta na cor amarela. Corpo da caneta prata e escrita azul. Possui tampa protetora na marca texto e detalhe emborrachado com relevo na parte inferior. Aciona por clique. Peso aproximado: 10g Personalização silkscreen 1 cor do logotipo da Alesp. Em perfeitas condições de uso.		12.000 (doze mil)	500	1.200			
5	Garrafa plástica em diversas cores, com tampa rosqueável e base em alumínio. -Personalizada com marca institucional com gravação em 4 cores Medida: 26,7cm x7cm		12.000	500	1.200			



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

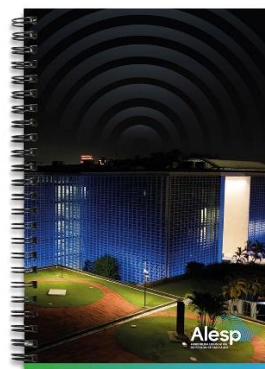
		-Peso: 100 gramas (aproximadas). -Capacidade: 700ml. -Produzida em: Plástico policarbonato/ translúcido e livre de BPA						
--	--	--	--	--	--	--	--	--

Artes ilustrativas





ILUMINAÇÃO DA FACHADA DO PALÁCIO 9 DE JULHO - 190 ANOS
 FOTO: GUSTAVO COSTA



3.8. A garantia abrangente:

AV. PEDRO ÁLVARES CABRAL, 201 – SÃO PAULO – SP – CEP 04097-900 – CNPJ 59.952.259/0001-85



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Qualidade e durabilidade dos materiais empregados (papel, plástico, tecido, metal ou outro);
- Estabilidade das impressões, adesivos e personalizações institucionais;
- Funcionamento adequado das peças que exijam mecanismos simples (ex.: tampa rosqueável da garrafa e acionamento da ponta da caneta).

3.9. As substituições deverão ocorrer no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após notificação da Alesp, com entrega no mesmo local e nas mesmas condições do fornecimento original.

3.10. A inobservância das condições de garantia sujeitará a Contratada às penalidades previstas nos arts. 156 e 159 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da responsabilização civil pelos danos causados à Alesp.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no guia nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O presente Termo de Referência atende às orientações do Guia Nacional de contratações sustentáveis da Advocacia-Geral da União (AGU), no que concerne ao objeto - Aquisição, locação ou utilização na prestação do fornecimento de bens de produto cuja fabricação ou industrialização envolva a atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais (art. 17, II, da Lei nº 6.938/81)".

4.1.2. Para o objeto da aquisição, cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

Da exigência de amostra

4.2. Será necessária a apresentação de amostras ou protótipos do objeto licitado antes da formalização do contrato entre as partes.

4.3 A amostra deverá ser apresentada à Contratada para avaliação dos materiais a serem utilizados na prestação do fornecimento de bens no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de recebimento das artes ou retirada no endereço da Contratante, conforme item 1.3.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 4.3.1 O licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentar amostra, conforme exigido no Termo de Referência, sob pena de não-aceitação da proposta.
- 4.3.2 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 4.3.3 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.3.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.
- 4.3.5. Se a amostra apresentada pelo primeiro classificado não for aceita, o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação e, assim, sucessivamente, até a obtenção daquela que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. Para o atendimento das necessidades elencadas propõe-se que seja realizada licitação na modalidade Pregão do tipo Eletrônico, e que a proposta da licitante contenha todos os requisitos necessários ao atendimento da demanda, acompanhada das especificações dos materiais a serem empregados, quantitativos, forma, condições da execução do fornecimento dos bens pretendido, capacidade técnica da Contratada, e demais condições a serem adotadas para a contratação;
- 5.2. O objeto caracteriza-se como bem comum, ou seja, aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei nº 14.133/2021).
- 5.3. Adjudicação deverá ser apenas para um fornecedor, uma vez que este terá que prover todas as condições necessárias para manter o padrão do objeto, a qualidade e as características pretendidas.
- 5.4. O fornecimento será executado pela Contratada, dentro dos padrões e exigências definidos, podendo ser rejeitados no todo ou em parte, devendo a Contratada, em prazo estabelecido, refazer, corrigir ou substituir às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 5.5. O prazo de entrega dos bens a cada solicitação é de até 30 (trinta) dias, contados da assinatura da Autorização de Compras.

SGA | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO | DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

5.5.1 O “kit visitação” deverá ser fornecido como unidade completa, integrada e indivisível, composta pelos itens descritos neste Termo de Referência, observadas as seguintes condições de entrega:

5.5.1.1 O kit deverá ser entregue, como regra geral, acondicionado em sacola de lona de algodão cru, contendo, em seu interior:

- I – 1 (um) caderno;
- II – 1 (uma) caneta;
- III – 1 (uma) garrafa;
- IV – 1 (um) cartão postal.

5.5.1.2 Excepcionalmente, por necessidade operacional da unidade solicitante, o cartão postal integrante do kit já contratado poderá ser entregue separadamente dos demais componentes, sem descaracterizar a composição do “kit visitação”, permanecendo vedado o fornecimento ou a contratação de cartões postais como item autônomo ou independente.

5.6. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme previsto no art.115, §5º, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

6.3 As comunicações entre a Alesp e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, A Alesp poderá convocar o representante da empresa Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos fornecimentos de bens, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.
- 6.7. A Alesp poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.8. A execução do presente Contrato será acompanhada e fiscalizada por meio de uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, a qual anotará em registro próprio qualquer ocorrência havida que esteja em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos ou deste instrumento contratual, determinando, em decorrência disto, o que for necessário à regularização das falhas observadas.
- 6.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a sua correção.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. Os bens serão aceitos se estiverem em acordo com as especificações do Termo de Referência ou possuírem especificações de qualidade superior.
- 7.2. Os fornecimentos realizados serão medidos e atestados a cada solicitação até o quinto dia útil do mês subsequente e serão considerados apenas os que forem realizados entre o primeiro e o último dia do mês da medição.
- 7.3. Após a atestação, será emitida a autorização de faturamento para a Contratada.
- 7.4. O objeto do contrato será recebido por meio da comissão de fiscalização mencionada no item anterior, da seguinte forma:

I - Com a lavratura de Termo de Recebimento Provisório, em até 03 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório,



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

desde que persista a qualidade dos bens entregues e sua conformidade com as exigências do Edital, especialmente as contidas no Termo de Referência, na Proposta e na Autorização de Compra.

II- Com a lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, em até 03 (três) dias, decorrido o prazo de observação, fixado em 30 (trinta) dias, contado a partir da lavratura do Termo de Recebimento Provisório, desde que persista a qualidade dos bens entregues / fornecimento de bens executados e sua conformidade com as exigências do Edital especialmente as contidas no Termo de Referência e na Proposta Comercial.

7.5 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil da Contratada.

7.6 A Contratada fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de fornecimento de bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de fornecimento de bens até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.8 Os fornecimentos de bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na Proposta Comercial, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.9 O pagamento será efetuado mediante depósito bancário em conta corrente da Contratada, observadas as seguintes condições:

7.9.1 Apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada:

- a) do respectivo TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO,
- b) da certidão conjunta (negativa de débitos ou positiva com efeitos de negativa) de regularidade de contribuições previdenciárias, de tributos federais e da dívida ativa da União;
- c) da certidão de regularidade em face do FGTS;
- d) da certidão de regularidade em face de débitos trabalhistas, devidamente atualizadas, se necessário for;





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

7.9.2 Em 30 (trinta) dias, contados da data de apresentação da nota fiscal/fatura. Caso o dia de pagamento recaia em dia não útil, esse será efetuado no primeiro dia útil antecedente, sendo certo que, mesmo nesse caso, manter-se-á, na fatura, o dia de vencimento.

7.10 Nas operações internas (fornecedores e prestadores de fornecimento de bens contribuintes do ICMS no Estado de São Paulo), deverá ser observado, quando da entrega do objeto contratado, a correta emissão da Nota Fiscal, nos termos do Decreto Estadual nº 48.034, de 19 de agosto de 2003.

7.11 A adjudicatária que não possuir conta no Banco do Brasil S/A deverá providenciá-la após a adjudicação do objeto, para viabilização dos pagamentos.

7.12 O requerimento de pagamento, bem como os documentos de cobrança da Contratada, deverão ser entregues no Departamento de Comunicação, localizada na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo”, sala nº 337 – telefone (11) 3886-6030, ou via correio eletrônico (dcom@al.sp.gov.br) a ser indicado pela Alesp, em arquivos com extensão .pdf, pesquisáveis.

7.13 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14 Havendo atraso no pagamento, sobre o valor devido incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), e juros moratórios na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore, em relação ao atraso verificado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de Pregão do tipo eletrônico por meio de sistema de Registro de Preço, por se tratar de bens caracterizados comuns, e que possuem padrão de desempenho e qualidade passível de definição objetiva em edital, através de especificações usuais do mercado;

8.1.1. O critério de julgamento deverá ser menor preço global tipo de disputa: **ABERTA**.

8.2. O desatendimento das especificações e normas deste Termo de Referência, acarretará a desclassificação da Proposta Comercial da licitante;

8.3. Para fins de **Habilitação**, a licitante deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1 **Habilitação jurídica**: aquela constante do edital do Pregão.

8.3.2 **Habilitação fiscal, social e trabalhista**: aquela constante do edital do Pregão.

SGA | DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO | DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

8.3.3 **Qualificação Econômico-Financeira:** aquela constante do edital do Pregão.

8.4 **Qualificação Técnica:**

A - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

I – **Comprovar o atendimento de pelo menos 300 unidades para o item 1- sacola ecológica.**

II – **Comprovar o atendimento de pelo menos 200 unidades para o item 2 - caderno capa dura.**

B - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa.

C - O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação será o descrito na tabela abaixo.

9.2. Conforme dispõe o art.25, §7º, da Lei Federal n.º 14.133/2021, os preços contratuais serão reajustados anualmente, em função da data-base do orçamento e a variação do índice indicados no Anexo Planilha de Pesquisa de Preços.

9.3. Em atendimento ao disposto no art.18, inciso XI, da Lei Federal n.º 14.133/2021, informamos que o orçamento da licitação, constante do Anexo Planilha de Pesquisa de Preços, não tem caráter sigiloso, sendo divulgado junto com o edital da licitação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Alesp.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Comunicação Social, 21 de julho de 2025.

Ana Lúcia da Silva Oliveira

Gestora de Divisão

- ALESP - Documento assinado digitalmente



Assinado por : ANA LUCIA DA SILVA OLIVEIRA:22180853807

Data assinatura :19/01/2026 17:37:42

Assinado por : MATHEUS PEREZ GRANATO:28117366894

Data assinatura :19/01/2026 17:51:59